

## PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00022/2014

### **OBJETO:**

FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS COM VISTAS À FUTURA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE RELÓGIOS DE PONTO BIOMÉTRICO.

### **ABERTURA**

08 de Janeiro de 2015 às 09h00min  
(horário local)

### **AVISO**

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame.

### **DUVIDAS**

Telefone: (83) 3463-2924

De segunda a sexta-feira: das 08h00min às 11h30min



## ÍNDICE

<b>PRELÂMBULO - EDITAL</b> .....	4
1 - DO OBJETO .....	4
2 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	5
3 - DO PROCEDIMENTO .....	5
4 - DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO .....	8
5 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO .....	8
6 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES .....	9
PROPOSTA COMERCIAL (Envelope nº. 01) .....	9
7 - DOS PREÇOS .....	10
8 - DOS PRAZOS .....	11
10 - DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS .....	11
11 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS .....	11
12 - DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	12
13 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (Envelope nº. 02) .....	13
14 - DO JULGAMENTO E DA DESQUALIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS .....	15
15 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	15
16 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	16
17 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	16
18 - DO TERMO DE CONTRATO .....	17
19 - DA CONTRATAÇÃO .....	17
20 - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	18
21 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA .....	18
22 - DOS ENCARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ E DA LICITANTE	
EDITORA .....	18
23 - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS .....	19
24 - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS .....	19
25 - DO FORNECIMENTO DO PRODUTO .....	20
26 - DO RECEBIMENTO DO PRODUTO .....	20
27 - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO .....	20
28 - DA ATESTAÇÃO .....	20
29 - DO PAGAMENTO .....	20
30 - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO .....	21
31 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES .....	21
32 - DA REVISÃO DE PREÇOS .....	21
33 - DAS PENALIDADES .....	22
34 - DA RESCISÃO .....	23
35 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS .....	23
36 - DO PRECÃO .....	24
37 - DOS ANEXOS .....	24
38 - DO JORO .....	24
ANEXO I - CARTA DE CREDENCIAMENTO .....	25
CARTA DE CREDENCIAMENTO .....	25
ANEXO II - DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO .....	26
DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO .....	26
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO .....	27
DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO .....	27
ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE .....	28
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE .....	28
ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR TRABALHADOR .....	29

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR TRABALHADOR .....	29
ANEXO VI – TERMO DE REFERÊNCIA .....	30
RELOGIOS DE PONTO BIOMÉTRICO. ....	<b>Erro! indicador não definido.</b>
• Valores referentes ao preço médio para o mês de Dezembro 2014 ao consumidor.....	30
ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	34
ANEXO VIII – MINUTA DA PROPOSTA DE PREÇOS .....	39
ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	41



## PREÂMBULO - EDITAL

**OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS COM VISTAS À FUTURA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE RELÓGIOS DE PONTO BIOMÉTRICO.**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**ABERTURA OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL: Dia 08/01/2015**

**HORÁRIO: 09h00min (HORÁRIO LOCAL)**

**LOCAL: Avenida Ariano Suassuna, 363 - Centro - Taperoá - PB**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, mediante Pregoeiro designado pela Portaria Municipal nº. 004/2014 de 02 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimentos dos interessados que na data, horário e local acima indicado, fará realizar licitação da modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando lavrar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que será regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Federais: 1.355/2000, 5.450/2005, 5.504/2005, 3.931/2001 e Decreto Municipal nº 004/2009, de 12 de fevereiro de 2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e ainda a Lei Complementar nº. 123/2006, demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e sob as condições estabelecidas neste ato convocatório.

### **RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO**

Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital deverão ser entregues no local, data e horário, etapas do processamento do Pregão, conforme previsto no preâmbulo deste edital, não sendo aceito licitantes retardatários.

1. Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Prefeitura Municipal de Taperoá que se seguir.

2. No local indicado serão realizados os procedimentos pertinentes a este Pregão, com respeito a:
- 2.1 Credenciamento dos representantes legais das licitantes interessadas em participar deste Pregão;
  - 2.2 Recebimento dos envelopes "**Proposta**" e "**Documentação**";
  - 2.3 Abertura dos envelopes "**Proposta**";
  - 2.4 Divulgação das licitantes classificadas e das desclassificadas;
  - 2.5 Condução dos trabalhos relativos aos lances verbais;
  - 2.6 Abertura do envelope "**Documentação**" da licitante ofertante da menor preço;
  - 2.7 Devolução dos envelopes "**Documentação**" fechados às demais licitantes, após a assinatura do contrato pela licitante vencedora;
  - 2.8 Outros que se fizerem necessários à realização deste Pregão.



3 As decisões do Pregoeiro serão comunicadas diretamente aos interessados, durante a sessão, lavradas em ata, ou, ainda, a critério do Pregoeiro, por intermédio de ofício, com comprovação de seu recebimento. O resultado final do certame será também divulgado mediante publicação na Imprensa Oficial.

4 O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, mediante fax ou e-mail, informando o número da licitação, até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento, cabendo aos licitantes recebê-las ou acessá-las, respectivamente, para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

## 1. – DO OBJETO

– A presente licitação tem por objeto a **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS COM VISTAS À FUTURA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE RELÓGIOS DE PONTO BIOMÉTRICO**, conforme especificações do objeto constantes no Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo 01.

1.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitações para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do § 4º do art. 15 da Lei Federal 8.666/93.

1.2 A Prefeitura Municipal de Taperoá monitorará, pelo menos trimestralmente, o preço das peças, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, convocando os fornecedores para negociar novos valores.

1.3 A Administração não emitirá qualquer pedido de compra sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

## 2. – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – **Somente poderão participar deste pregão, as empresas:**

- a) Estabelecidas no País, que satisfaçam às condições e disposições contidas neste Edital e Anexo 01;
- b) Do ramo pertinente ao objeto do presente pregão.

2.2 – **Não poderão participar deste pregão, as empresas:**

- a) Em processo de recuperação judicial ou falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por estas tenha sido declarada inidônea;
- c) Que esteja reunida em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição; e
- d) Estrangeiras que não funcionem no país.
- e) Cujos diretores, sócios ou responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Taperoá – PB;
- f) Que por si ou seus sócios sejam participantes do capital de outra firma que esteja participando da mesma licitação;

## 3. – DO PROCEDIMENTO

3.1 No dia, horário e local estabelecido no preâmbulo deste edital, serão recebidos os credenciamentos e aberta pelo Pregoeiro a sessão pública destinada ao recebimento da declaração de habilitação e ao recebimento e abertura dos envelopes Proposta e Documentação, correspondentes a este Pregão, conforme disposto na Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 004/2009, de 13 de fevereiro de 2009, aplicando-se a estes, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993.

3.2 Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante:

- a. Retardatária, a não ser como ouvinte; ou



b. Que não apresentar a declaração de habilitação.

3.2.1 Serão aplicadas as penalidades previstas no **Item 34.2** deste Edital à licitante que fizer declaração falsa.

3.3 Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se perante o **Pregoeiro**, comprovando possuir poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos relativos a este **Pregão**, inclusive dar lances.

3.3.1 Somente poderá participar da fase de **lances verbais** o representante legal da licitante devidamente credenciado.

3.4 No mesmo ato, o **Pregoeiro** receberá a declaração de habilitação e os envelopes "**Proposta**" e "**Documentação**", em separado, procedendo, em seguida à abertura dos envelopes "**Proposta**" e aos seguintes procedimentos:

3.4.1 Exame de conformidade da proposta, consistindo rubrica, conferência, análise e classificação das propostas em confronto com o objeto e exigências deste **edital**;

3.4.2 Classificação da proposta escrita de **menor preço por item** e daquelas apresentadas com valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, em relação ao **menor preço por item**;

3.4.3 Seleção das melhores propostas, até o máximo de três (1+2), quaisquer que sejam os **preços** ofertados, quando não verificadas, no mínimo, **três propostas escritas de preços** nas condições definidas no subitem anterior;

3.4.3.1 havendo empate no terceiro valor, serão selecionadas todas as licitantes que tenham ofertado o mesmo preço;

3.4.4 Colocação das propostas em ordem crescente de preço cotado para que os **representantes legais das licitantes** participem da etapa competitiva, por meio de **lances verbais**;

3.4.5 Início da etapa de apresentação de **lances verbais**, que deverão ser formulados de modo sucessivo, em valores distintos e decrescentes.

3.5 Classificadas as propostas **por item**, e uma vez iniciada a etapa competitiva, o **Pregoeiro** convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da **licitante** detentora da proposta de maior preço e as demais, em ordem decrescente de preços ofertados.

3.5.1 A desclassificação da proposta da **licitante** importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

3.5.2 Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo **Pregoeiro**.

3.6 A **licitante** que se abster de apresentar lance verbal, quando convocada pelo **Pregoeiro**, ficará excluída dessa etapa e terá mantido o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

3.7 A **licitante** que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope "**Documentação**", ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste **edital** ou com irregularidades, será inabilitada, sem prejuízo de ser-lhe aplicada, no que couberem, as penalidades previstas no **Item 34.2** deste **edital** e demais cominações legais.

3.7.1 Não será admitida complementação de documentos posteriormente à sessão.

3.8 Caberá ao **Pregoeiro**, ainda, como parte das atribuições que lhe compete durante a realização deste **Pregão**:

3.8.1 Conduzir os trabalhos da **equipe de apoio**;

3.8.2 Credenciamento dos interessados;

3.8.3 Examinar a aceitabilidade da **proposta** ou do **lance de menor preço por item**, quanto ao preço e valor, decidindo, motivadamente, a respeito da escolha que vier a ser adotada;



3.8.4 Adjudicar o objeto deste **Pregão** à **licitante vencedora**, detentora da proposta considerada como a mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Taperoá, após constatado o atendimento das exigências deste edital;

3.8.5 Receber, examinar e instruir os recursos contra suas decisões, relativamente a este **Pregão**;

3.8.6 Encaminhar ao Senhor Prefeito do Município, o processo relativo a este **Pregão**, devidamente instruído, após ocorrida a **adjudicação**, com vistas à **homologação** deste procedimento licitatório e a **contratação** do objeto com a **licitante vencedora**.

3.9 **Caberá ao Senhor Prefeito do Município:**

3.9.1 Adjudicar os resultados deste **pregão**, após decidido(s) o(s) recurso(s) interposto(s) contra atos do **Pregoeiro**; e

3.9.2 Homologar o resultado deste **Pregão**, após decididos os recursos porventura interpostos contra atos do **Pregoeiro(a)**, e promover a celebração do contrato correspondente.

3.10 Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes "**Proposta**" e "**Documentação**" em um único momento, em face do exame da **proposta/documentação** com os requisitos do **edital**, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

3.10.1 Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, obrigatoriamente, pelo **Pregoeiro** e pelos representantes legais das **licitantes** presentes, ficarão em poder do **Pregoeiro** e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

3.11 Qualquer reclamação a respeito deverá ser feita, no ato da reunião, pelos representantes legais das **licitantes** presentes. Não acolhida a reclamação, a matéria relativa ao procedimento pode ser objeto de recurso.

3.12 Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo(s) representantes legais das **licitantes** e facultado o mesmo ao **Pregoeiro** e equipe de apoio.

3.13 Ultrapassada a fase de análise das propostas e abertos os envelopes "**Documentação**" não caberá desclassificar as **licitantes** por motivo relacionado com a **proposta**, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

3.14 É facultada ao **Pregoeiro** ou à Autoridade Superior, em qualquer fase deste **Pregão**, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta/documentação.

3.14.1 Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

3.15 A adjudicação deste **Pregão** e a homologação do seu objeto somente serão efetivadas:

3.15.1 Se não houver manifestação da **licitante** de sua intenção de interpor recurso, devidamente registrada em ata durante o transcurso da sessão do **Pregão**;

a) nesse caso, a adjudicação caberá ao **Pregoeiro**;

3.15.2 Se houver interposição de recurso contra atos do **Pregoeiro**, após o deferimento ou indeferimento do recurso interposto e dado conhecimento do seu resultado;

a) nesse caso, a adjudicação e a homologação caberão ao Senhor Prefeito.

3.16 A abertura dos envelopes "**Proposta**" e "**Documentação**" serão realizadas sempre em sessão pública, devendo o **Pregoeiro** elaborar a ata circunstanciada da reunião, que deverá obrigatoriamente ser assinada pelo **Pregoeiro** e pelos representantes das **licitantes** presentes, e pelos membros da **equipe de apoio** que formularem parecer técnico sobre o julgamento deste **Pregão**, seja com relação às **propostas** ou à **documentação**, e pelos representantes das **licitantes** presentes.

3.17 Da ata relativa a este **Pregão** constarão os registros dos representantes credenciados das **licitantes**, da análise das propostas e dos documentos de habilitação, dos preços das **propostas escritas** e dos **lances verbais** apresentados, da manifestação da **licitante** de interpor recurso, sem prejuízo de outros registros entendidos necessários.

3.18. Após concluída a licitação e assinada a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, os envelopes contendo a documentação ficarão em posse do Pregoeiro, à disposição das licitantes, pelo período de 10 (dez) dias úteis, após o que serão destruídos.

#### 4. - DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 Até 2 (dois) dias antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

4.1.1 - A apresentação de impugnação contra o presente Edital, deverá ser protocolada das 08h00min às 13h00min, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Taperoá, situada à Avenida Ariano Suassuna, 363 - Centro - Taperoá - PB.

4.1.2 - Caberá o Pregoeiro decidir sobre a petição.

4.1.3 - Aceita a petição, contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

#### 5. - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1 - No local, data e hora indicados no preâmbulo deste edital e na presença do Pregoeiro, será realizado o credenciamento do interessado ou representante legal.

5.2 - Cada licitante credenciará apenas 01 (um) representante, que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste edital, por sua representada.

5.3 - O licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao pregoeiro, por um representante devidamente munido de cópias autenticadas dos seguintes documentos:

5.3.1 - Documento de identificação, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da alteração/aditivo eventual da gerência da sociedade, e demais que se achar pertinentes ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando o licitante for representando por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica;

5.3.2 - Documento de identificação, procuração particular ou carta de credenciamento estabelecendo poderes para representar o licitante, quanto à formulação de lances verbais e a praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo I, acompanhado conforme o caso, de um dos documentos citados no subitem 5.3.1, para fins de confirmação de poderes para subscrevê-la, ou ainda, cópia de traslado de procuração por instrumento público, na hipótese de representação por meio de prepostos.

5.3.3 - Para as microempresas e empresas de pequeno porte, que queiram obter os benefícios inerentes à Lei Complementar N.º 123/2006 deverá ser entregue, juntamente com credenciamento, o contrato social registrado com o nome empresarial acrescido de expressão "Microempresa" ou Empresa de Pequeno Porte", ou suas respectivas abreviações "ME" ou "EPP", conforme o caso, ou certidão expedida pela junta comercial, consoante o art. 72 da LC n.º 123/2006 e o art. 8º da IN n.º 103/2007 - DNRC;

5.3.4 - Declaração de que não há fato impeditivo para o enquadramento da empresa como beneficiária da Lei Complementar 123/2006, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo II;

5.3.5 - Os interessados ou seus representantes presentes a sessão apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecido, conforme modelo constante no Anexo III, deste Edital, procedendo-se a sua imediata abertura e a verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

5.3.6 - O Credenciamento é a condição obrigatória para a formulação de lances e praticar todos os atos neste Pregão.



5.3.7 Estes documentos deverão ser apresentados no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes contendo Proposta e Documentação. Deverão ser apresentadas cópias autenticadas ou acompanhadas do original para autenticação pelo Pregoeiro ou membro da equipe de apoio.

5.3.8 A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência do representante, não importará na desclassificação da sua proposta no presente certame. Contudo, ela não poderá apresentar lances verbais, e nem fazer qualquer manifestação em nome da mesma na sessão do pregão.

## 6. - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1 - Os licitantes deverão apresentar na data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, dois envelopes distintos, opacos, devidamente fechados, rubricados no fecho, contendo no ENVELOPE Nº. 01 a sua proposta comercial conforme solicitado no item 7 deste edital e, no ENVELOPE Nº. 02 a documentação comprobatória da sua habilitação, de acordo com o solicitado no item 14 deste Edital, sendo que ambos deverão conter, na parte externa, além da RAZÃO SOCIAL, CNPJ e ENDEREÇO do licitante as seguintes dizes:

ENVELOPE Nº. 01	ENVELOPE Nº. 02
A Comissão Permanente de Licitação – CPL. Da Prefeitura Municipal de Taperoá – PB Pregão Presencial nº. 00022/2014 - SRP ENVELOPE Nº. 01 <b>PROPOSTA COMERCIAL</b>	A Comissão Permanente de Licitação – CPL. Da Prefeitura Municipal de Taperoá – PB Pregão Presencial nº. 00022/2014 - SRP ENVELOPE Nº. 02 <b>DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b>

## 7. - PROPOSTA COMERCIAL, (Envelope nº. 01)

7.1 - A proposta deverá conter as especificações detalhadas do item oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes neste Edital e Anexo, de forma clara e detalhada, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos.

7.1.1 - Estar impressa por processo eletrônico, em (01) uma via, em papel timbrado do licitante, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais, apresentar também a referida proposta em CD, na planilha Excel e conter o seguinte:

7.1.2 - Especificação clara e completa do fornecimento, obedecida à mesma ordem do Anexo VIII, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

7.1.3 - Os preços deverão ser apresentados da seguinte forma: **Valor do produto unitário e global**, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, sem previsão inflacionária, e de preferência, também por extenso, sendo admitidas até 02 (duas) casas decimais após a vírgula (R\$ 0.00), no preço unitário e apenas 02 (duas) casas após a vírgula (R\$ 0.00), no preço global, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do preço, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação. **O não atendimento ao solicitado acarretará a DESCLASSIFICAÇÃO do(s) item(ns) cotado(s);**

7.1.4 - A razão social, CNPJ, colocando o número do Edital do Pregão, dia e hora de abertura, endereço completo, bem como o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência onde deseja receber seus créditos;

7.1.5 - Conter o nome, estado civil, profissão, número do CPF (ME) e do documento de identidade (RG), domicílio e cargo na empresa, da pessoa que ficará encarregada da assinatura da ata do registro de preços e do contrato, inclusive informando o endereço eletrônico para comunicação (e-mail);

7.1.6 - O prazo de validade da proposta deverá ser de 12 (doze) meses, tendo em vista tratar-se de fornecimento por sistema de Registro de Preços;

7.2 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preços, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pela autoridade competente da Prefeitura Municipal de Taperoá.

7.2.1 - Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro (a) quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

7.2.2 - falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "Proposta" com poderes para esse fim; e

7.2.3 - a falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope "Documentação".

7.3 - A apresentação da(s) proposta(s) implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.4 - As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas. Nos preços cotados deverão já estar incluídas as despesas legais incidentes, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos, sendo desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com este Edital e seus Anexos e que não atendam às suas exigências.

7.5 - Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93;

7.6 - Apenas para efeito de classificação das propostas, ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais prevalecerão os primeiros e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados os últimos.

7.7 - A empresa a qual for adjudicada o objeto do certame deverá apresentar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da adjudicação, uma nova proposta nos moldes do Anexo VIII, adequada no valor final obtido, resultado da negociação a ser realizada após de lances.

7.7.1 - Esta nova proposta com redução do preço global inicial não poderá detrair valores relativos às obrigações legais.

7.8 - A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização da prestação de

7.9 - será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear ressarcimento após a abertura das propostas.

## 8. - DOS PREÇOS

8.1 - A licitante deverá indicar na sua proposta os preços unitários por item e, obrigatoriamente, o preço global do item, fixo e irrevogável, pelo período de 12 (doze) meses, consoante a especificação e as quantidades dos produtos discriminadas no Anexo VIII, devendo já estar inclusos os impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento do produto que venham a incidir sobre o objeto desta licitação, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

8.1.1 - Os lances ofertados serão no valor unitário do item.

8.2 - A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

8.3 - Somente serão aceitos preços cotados em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos, e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência. Na caso em que o valor unitário não seja inteiro, serão aceito apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00), no preço unitário e apenas 02 (duas) casas após a vírgula (R\$ 0,00), no preço global, desprezando-se as demais.



8.4 Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

## 9. – DOS PRAZOS

9.1 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses, improrrogáveis, a partir da data da publicação na Imprensa Oficial dos preços registrados.

9.2 O fornecimento dos produtos será de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Taperoá - PB.

## 10. – DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

10.1 Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido nesse Pregão e seus Anexos, será declarada como mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Taperoá, a oferta de menor preço por item, desde que atenda as exigências técnicas do produto.

10.2 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes;

10.3 Não se admitirá proposta que apresentar preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Pregão não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem à materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.4 Ao Pregoeiro, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem, ainda, em seus anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste Edital.

10.5 Poderá ser solicitado ao fornecedor, informações adicionais necessárias, laudo técnico, amostra do produto a qualquer tempo ou fase do Processo Licitatório, com a finalidade de dirimir dúvidas e manter as decisões relativas ao julgamento.

10.6 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Taperoá ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

## 11. – DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

11.1 Para julgamentos das propostas escritas, será considerado o menor preço total por item, conforme Minuta da Proposta de Preços constante no Anexo VIII, deste Edital.

11.2 Aos licitantes que apresentarem a proposta de menor preço do item e as propostas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, ou, às propostas das 3 (três) melhores ofertas, conforme disposto nos incisos VI e VII, do art. 11, do Decreto Federal nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, e Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

11.3 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no Item 34 deste edital.

11.4 Após esta fase, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas das ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço total do item.

11.5 O pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital, decidindo motivadamente a respeito.

11.6 Sendo aceitável a oferta, será verificado ao atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado, com base nos dados cadastrais, assegurado o direito de atualizar seus dados no ato, ou, conforme documentação apresentada na própria sessão, quando for o caso.



11.7 Constada o atendimento pleno as exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor do item, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto que lhe couber.

11.8 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender as exigências editalícias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até apuração de uma proposta negociada, que atenda todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicada o objeto deste Edital.

11.9 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências relevantes e que, no final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e Licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.

11.10 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital a proposta será desclassificada.

11.11 Em caso de divergências de informações contidas em documentação impressa e na proposta eletrônica, prevalecerá a da proposta.

11.12 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital.

11.13 A ausência de apresentar lances verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante na etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

11.14 Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para contratação.

11.15 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido ao disposto no § 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio. Em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

11.16 Em caso de participação de licitante que detenha a condição de micro empresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da Lei 123/06, serão observados o seguinte:

a) Será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, considerando-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pela microempresa e empresa de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada apresentada por empresa que não estiver amparada por esta lei complementar.

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar novo lance de preço no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após a notificação por parte do Pregoeiro, sob pena de preclusão.

c) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

d) No caso de equivalência de valores apresentados pelo micro empresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem no disposto na alínea "b", será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "b", o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

## 12. – DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1 Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, Incisos I e II, da Lei n.º 8.666/93, as propostas que:

12.1.1 Apresentarem preços excessivos ou com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;

12.1.2 Não atenderem às exigências contidas neste Pregão.

12.2 Quando todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior.

### **13. – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (Envelope nº. 02)**

13.1 – As licitantes deverão incluir no Envelope nº. 01 = **HABILITAÇÃO** a seguinte documentação:

#### **13.1.1 – Relativamente a Habilitação Jurídica:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social, em vigor da licitante, devidamente registrada, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova da diretoria em exercício;
- d) Cópia do CPF e RG dos Sócios;

#### **13.1.2 – Relativamente a Regularidade Fiscal:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativa à sede e domicílio da licitante, pertinente ao ramo de atividade que exerce (Alvará ou FIC) e compatível com o objeto deste **PRÉGIO**;
- c) Prova de quitação com a Fazenda Federal (Dívida Ativa com a União e Receita Federal), Estadual e Municipal da sede da licitante e do município de Taperoá de acordo com o disposto no art. 39, inciso III, da Lei nº. 8.666/93, dentro do prazo de validade;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a" do art. 27 da Lei nº. 8.036/90, devidamente atualizado;
- e) Certidão Negativa de Débitos – CND (conforme modelo aprovado pela IN/RFB nº. 558 de 19/08/2005) relativa às contribuições sociais fornecida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, (Lei 8.212/91), devidamente atualizado;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); emitida pelo TST;

#### **13.1.3 – Relativamente a Qualificação Técnica:**

- a) 01 (um) atestado (declaração) de capacidade técnica, ou mais, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante está fornecendo ou já forneceu produtos compatíveis com o objeto da presente licitação;

#### **13.1.4 – Relativamente Qualificação Econômico-Financeira**

- a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

#### **13.1.5 – e ainda os seguintes documentos:**

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação da forma do § 2º, do Art. 32, da Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei nº. 9.648/98 e Instrução Normativa MARE nº. 5/95, republicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 1996, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** deste Edital;
- b) Declaração de inexistência em seu quadro pessoal de menores, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição, nos termos do modelo constante do **Anexo V** deste Edital;

13.2 – O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar usufruir o regime diferenciado e favorecido disciplinado na Lei Complementar nº. 123/06, deverá apresentar a seguinte documentação:



a) Declaração firmada pelo técnico responsável devidamente registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), de que a mesma se enquadra nos Termos da Lei 123/06 na condição de Micro Empresa ou de Empresa de Pequeno Porte.

b) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06.

13.2.1 - Em hipótese alguma serão aceitos documentos diferentes dos citados acima para efeito de comprovação do enquadramento de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte.

13.2.2 - A empresa que apresentar a Declaração de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte junto aos documentos de credenciamento enumerados no item 3 e não apresentar a documentação relativa ao item 5.2 terá todos os seus itens classificados pelo direito estabelecido na Lei Complementar 123/06 cancelados e contratados pela empresa que estará em 2º lugar da classificação.

13.2.3 - As micro-empresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.2.4 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a micro empresa ou empresa de pequeno porte terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, caso apresente alguma restrição pertinente à documentação de regularidade fiscal, para a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, negativa.

13.2.4.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13.3 - Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação na imprensa oficial, ou, ainda, por cópia não autenticada, para que o Pregoeiro ou membro da equipe de apoio proceda a autenticação, desde que sejam exibidos os originais para conferência. Não serão aceitas cópias ilegíveis, que não ofereçam condições de leitura das informações nelas contidas por parte do Pregoeiro.

13.4 - Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar assinados por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do signatário;

13.5 - A aceitação dos documentos obtida via internet ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Equipe de Apoio ao Pregoeiro;

13.6 - Todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com o nº do CNPJ e endereço respectivo. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz; se o licitante for a matriz e o prestador de serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial simultaneamente;

13.7 - Na eventualidade de ser apresentado algum documento em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado;

13.8 - O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado;

13.9 - Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que contenham comprovação de que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

13.10 - Serão aceitas somente cópias legíveis;

13.11 - Não serão aceitos documentos cujas datas estejam restritas; e

13.12 - O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

13.13 - Os documentos deverão ser apresentados, **preferencialmente**, gramposados e/ou encadernados, numerados sequencialmente e na ordem retro mencionada, descritos na folha abaixo o número do item a que correspondem, esta medida visa facilitar a conferência da citada documentação.



13.14 Os licitantes que alegarem estar desobrigado da apresentação de qualquer um dos documentos exigidos na fase habilitatória deverão comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor.

#### 14. – DO JULGAMENTO E DA DESQUALIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

14.1 Após examinados e julgados os documentos apresentados para efeito de habilitação das licitantes, mediante confronto com as condições deste edital, serão desqualificados e não aceitos aqueles que não atenderem às exigências aqui estabelecidas.

14.2 Quando todas as licitantes forem inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos escoimados das causas referidas no ato inabilitatório (art. 48, parágrafo 3º, da Lei nº 8.666/93).

14.3 – Serão exigidos para reapresentação apenas os documentos desqualificados e não aceitos.

14.4 – Os licitantes poderão abdicar do prazo estabelecido, de comum acordo.

#### 15. – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

15.1 Declarada(s) a(s) vencedora (as), qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, deverá ser feita ao final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões de recorrer, na que lhe será concedido prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, desde que encaminhada e protocolada diretamente na Comissão Permanente de Licitação, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contra-razões; em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.2 Das decisões do Pregoeiro, decorrentes da realização deste Pregão, caberá à licitante a juntada nos memoriais relativos aos recursos, registrados na ata respectiva, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da lavratura da ata, nos casos de:

15.3 Julgamento das propostas;

15.4 Habilitação ou inabilitação da licitante; e

15.5 Outros atos e procedimentos.

15.6 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência e preclusão desse direito da licitante, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à vencedora.

15.7 Os memoriais correspondentes ao recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, praticante do ato recorrido, que os comunicará às demais licitantes para impugná-lo ou não, apresentando memoriais com suas contra-razões, também, no prazo de 03 (três) dias úteis.

15.8 - Será franqueada às licitantes, sempre que esta for solicitada, vista dos autos na sala da Comissão Permanente de Licitação.

15.9 O recurso porventura interposto contra decisão do Pregoeiro, nos casos de habilitação ou inabilitação no licitante terá efeito suspensivo.

15.10 Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e ao Senhor Prefeito do Município a decisão final sobre os recursos contra atos do Pregoeiro.

15.11 Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Senhor Prefeito do Município poderá homologar este procedimento de licitação e determinar a contratação com a licitante vencedora.

15.12 Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante que pretender reconsideração total ou parcial das decisões do Pregoeiro deverão ser apresentados por escrito, exclusivamente, e anexados ao recurso próprio.

15.13 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação no endereço, horários e dias estipulados no Preâmbulo deste Edital.

15.14 Dos Atos da Prefeitura Municipal de Taperoá caberá

15.15 I - recurso, dirigido ao Senhor Prefeito do Município, interposto no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço referido no preâmbulo deste Edital, nos casos de:

15.16 Anulação ou revogação da licitação;

15.17 Resolução do Contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93;

15.18 Aplicação das penas de suspensão ou multa.

15.19 II - representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

15.20 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93).

15.21 A intimação dos atos referidos no inciso I do subitem 9.8, excluindo-se a pena de multa, será feita mediante publicação na imprensa oficial.

15.22 Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

## 16. - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: Recursos Próprios do Município de Taperoá: 07.07 - SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO, 04.123.2009.2007 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO, 08.08 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, 04.123.2003.2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, 10.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 12.122.1003.2102 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 08.244.1008.2026 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL, 12.00 - SECRETARIA DE SAÚDE, 10.301.0017.2023 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, 12.010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 10.301.1012.2052 - MANUTENÇÃO DO PAB-FIXO, TODOS PELO ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, constantes do quadro da Lei Orçamentária do ano de 2014, suplementadas se necessário. Para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do órgão contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão na respectiva Nota de Empenho.

## 17. - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 Homologado o procedimento e adjudicado o registro de preços, será(ão) convocada(s) a(s) vencedora(s) para, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de recebimento da notificação, assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta integra esse Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se as penalidades previstas neste edital.

17.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

17.2 O fornecimento dos produtos será efetuado mediante termo de contrato e/ou expedição da Nota de Empenho, da qual constará a data de expedição, especificações dos produtos, quantitativos(s), prazo, local de entrega e preços unitários e totais e ainda a juntada da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

17.3 O fornecimento dos produtos será efetuado mediante Autorização específica, emitida por servidor designado pelo Senhor Prefeito do Município, da qual constará a data de expedição, especificação do produto e quantitativo.





17.4 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua detentora fica obrigada a fornecer os produtos ofertados, nas quantidades indicadas em cada Nota de Empenho, observando também, eventual cronograma de entrega a ser informado pela Prefeitura Municipal de Taperoá.

17.5 A Prefeitura Municipal de Taperoá não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando o seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

17.5.1 Os quantitativos totais expressos no Anexo VIII são estimativos e representam previsões da Prefeitura Municipal de Taperoá para as compras durante o prazo de 12 (doze) meses.

17.6 A existência do preço registrado não obriga a Prefeitura Municipal de Taperoá a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

17.7 Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

17.8 Caso seja apresentada proposta que não contemple todo o quantitativo referente ao objeto deste Edital, poderão ser registrados no preço do primeiro colocado, tanto fornecedores quanto sejam necessários, obedecida a ordem de classificação, para que se complete a quantidade estimada, devendo os licitantes declararem sua intenção de adesão no dia do certame.

17.9 Caso o vencedor(es) seja(m) Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, constituída na forma da Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, a regularidade fiscal será condição indispensável para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

17.9.1 Havendo alguma restrição na regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Taperoá, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de certidão negativa.

17.9.2 A não regularização da documentação no prazo acima estipulado, implicará na decadência do direito à contratação pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sendo facultado à Prefeitura Municipal de Taperoá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata, ou revogar a licitação.

## 18. – DO TERMO DE CONTRATO

18.1 As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas através da emissão do Contrato/ata referente ao fornecimento do produto e conterá, necessariamente, as condições já especificadas neste ato convocatório, do qual fará parte, independente da transcrição, o presente edital e seus anexos e a proposta da contratada, no que couber, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taperoá e a licitante vencedora, que observará os termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores e demais normas pertinentes.

18.2 Quaisquer condições apresentadas pela licitante vencedora em sua proposta, se pertinentes, poderão ser acrescentadas ao contrato a ser assinado desde que compatíveis com os dispositivos legais e com as condições deste Edital.

## 19. – DA CONTRATAÇÃO

19.1 Será lavrada a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com a licitante vencedora, a qual terá validade a partir da sua assinatura e encerrar-se-á no prazo de 12 (doze) meses.

19.2 A licitante vencedora deverá comparecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da convocação oficial pelo Pregoeiro(a), para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme minuta - Anexo VII deste edital.

19.3 Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias da convocação oficial e não tendo a licitante vencedora comparecido ao chamamento, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Taperoá, decairá o direito de celebrar o ajuste (ata de registro), bem como, sujeitando-se, automaticamente, às sanções legalmente previstas e administrativas e cabendo, assim, a Prefeitura Municipal de Taperoá o direito de convocar as

demais classificadas, observada a ordem de classificação, para assinatura da ata de registro de preços, nas mesmas condições da primeira colocada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a presente licitação em parte ou no seu todo.

19.4 A licitante vencedora da presente licitação será a **DETENTORA DA ATA**.

19.5 Com base e termos da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** a Prefeitura Municipal de Taperoá expedirá a Nota de Empenho para a Detentora da Ata.

19.6 Qualquer entendimento relevante entre a Detentora e a Prefeitura Municipal de Taperoá será formalizado por escrito, sem o que não terá qualquer validade e integrará a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

19.7 A inexecução total ou parcial do ajuste na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** ou inadimplemento do contrato ou do instrumento equivalente enseja sua rescisão e consequente aplicação das sanções.

## **20. – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

20.1 A execução do(a) contrato/ata, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei n.º 8.666/93, combinada com o Inciso XII do Art. 55 do mesmo diploma legal.

## **21. – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**

21.1 Caso seja necessário Contrato, o prazo de vigência será até o final do exercício financeiro com validade e eficácia legal após a publicação do seu exirato na **Imprensa Oficial do Município**, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último. Poderá ser assinado novo contrato no exercício financeiro seguinte, desde que dentro da validade da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**.

## **22. – DOS ENCARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ E DA LICITANTE VENCEDORA**

22.1 Caberá a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**

22.1.1 Emitir autorização de compra;

22.1.2 Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado;

22.1.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização quando da entrega dos produtos, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** a ocorrência de qualquer fato que exija medidas corretivas por parte desta;

22.1.4 Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso;

22.1.5 Impedir que terceiros forneçam os produtos objeto deste Pregão;

22.1.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela **CONTRATADA**;

22.1.7 Fiscalizar o contrato na forma disposta no artigo 67 da Lei 8.666/93;

22.1.8 Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** em até 30 (trinta) dias após o atesto da Nota Fiscal/ Fatura do Material;

22.1.9 Atestar a execução do objeto deste Contrato, por meio do Setor Competente.

22.2 Caberá à **LICITANTE VENCEDORA**:

22.2.1 A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato;

**22.2.2** A CONTRATADA obriga-se a não fornecer a mercadoria, objeto deste Processo, fora dos padrões estabelecidos na Autorização de Fornecimento;

**22.2.3** Correm por conta da CONTRATADA todas as despesas e responsabilidades perante as leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de acidentes de trabalho decorrente das relações empregatícias da mesma, assim como todos os impostos incidentes sobre o Contrato;

**22.2.4** A CONTRATADA responsabiliza-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos bens a si adjudicado, inclusive fretes, desde a origem até a sua entrega no local de destino;

**22.2.5** Garantia e assistência técnica do Relógio de Ponto Eletrônico Biométrico;

**22.2.6** A Contratada deverá fornecer, juntamente com o bem a ser adquirido, documento de que está apta a assegurar em nome do fabricante garantia do equipamento e assistência técnica no local onde o equipamento será instalado de no mínimo dois anos.

**22.2.7** Certificado de conformidade do Relógio de Ponto Eletrônico Biométrico com a Legislação;

**22.2.8** A Contratada deverá apresentar Certificado de Conformidade do REP - Registrador Eletrônico de Ponto, denominado "Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade", assinado pelo responsável técnico do fabricante, afirmando expressamente que o equipamento e os programas nele embutidos atendem as determinações da Portaria nº 1.510/2009 - MTI;

### **23. – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS.**

**23.1** A licitante vencedora caberá, ainda:

**23.1.1** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Taperoá;

**23.1.2** Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do produto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Taperoá;

**23.1.3** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do produto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência; e

**23.1.4** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

**23.2** A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a Prefeitura Municipal de Taperoá, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura Municipal de Taperoá.

### **24. – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

**24.1** Deverá a licitante vencedora observar, também, o seguinte:

**24.1.1** É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Taperoá durante a vigência do contrato;

**24.1.2** Expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato/ata oriundo deste Pregão, salvo se houver prévia autorização da Prefeitura Municipal de Taperoá; e

**24.1.3** Vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento dos produtos e/ou serviço objeto deste Pregão.

## 25. – DO FORNECIMENTO DO PRODUTO

25.1 O setor competente para receber, conferir e fiscalizar o objeto deste Processo será a Secretaria Municipal de Administração, observado os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93;

25.2 A entrega dos itens do Anexo VI deverá ser feita integralmente conforme pedido, em local a ser indicado pela Secretaria Municipal de Administração;

25.3 As quantidades totais das mercadorias a serem fornecidas serão determinadas pela CONTRATANTE, através de Autorização de Fornecimento;

25.4 A Secretaria Municipal de Administração, reserva-se o direito de não receber a mercadoria em desacordo com o previsto neste Edital, podendo cancelar o mesmo e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93;

25.5 As quantidades totais informadas no Edital e seus Anexos são estimadas, portanto a CONTRATANTE poderá alterá-las, de acordo com as suas necessidades e/ou conveniência, mediante Termo Aditivo, obedecido aos limites estabelecidos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que isto implique na alteração dos preços unitários contratados, bem como, não ficando a CONTRATANTE obrigada a requisitar a quantidade total licitada;

25.6 O prazo de entrega do objeto deste Edital será de até 10 (dez) dias a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

## 26. – DO RECEBIMENTO DO PRODUTO

26.1 O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo responsável da Prefeitura Municipal de Taperoá ou por outro servidor daquele Setor designado para esse fim, representando a Prefeitura.

## 27. – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

27.1 O(A) Contrato/ata será acompanhado(a) e fiscalizado(a) pela Prefeitura Municipal de Taperoá que deverá indicar os Servidores responsáveis pelo Controle, e que será designado para esse fim, na condição de representantes da Prefeitura Municipal de Taperoá.

27.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes gestores deverão ser solicitadas à Prefeitura Municipal de Taperoá, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

27.3 A licitante vencedora deverá manter preposto, aceito pela Prefeitura Municipal de Taperoá, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.

## 28. – DA ATESTAÇÃO

28.1 A atestação das faturas correspondentes ao fornecimento dos produtos caberá a Prefeitura Municipal de Taperoá, ou a outro servidor designado para esse fim.

## 29. – DO PAGAMENTO

29.1 A adjudicatária deverá apresentar Nota Fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela Prefeitura Municipal de Taperoá, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, quando deverão ser mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação. O pagamento será feito a Contratada até 30 (trinta) dias, após o atesto, na Nota Fiscal faturada.

29.2 Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção com CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

29.3 A Prefeitura Municipal de Taperoá reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

29.4 A Prefeitura Municipal de Taperoá poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora nos termos deste Pregão.

**29.4.1** Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – a multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e

II – se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento dos produtos, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**29.5** Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

**29.6** O prazo de pagamento dos serviços será contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

### **30. – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**30.1** O(a) contrato/ata a ser firmado(a) poderá ser alterado(a) nos casos previstos nos arts. 57 e 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Prefeitura Municipal de Taperoá, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este Pregão.

### **31. – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**31.1** No interesse da Prefeitura Municipal de Taperoá, o valor inicial atualizado do(s) Contrato/ata poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

**31.1.1** A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e

**31.1.2** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

### **32. – DA REVISÃO DE PREÇOS**

**32.1** Objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato, haverá reajuste nos preços dos produtos desde que comprovado aumento do custo pela contratada e aceito pela contratante, atendidas as seguintes condições:

a) Não serão concedidos reajustes cuja variação seja igual ou inferior a 2% (dois por cento);

b) Para comprovação do aumento do preço de custo, a contratada deverá apresentar, no mínimo, 02 (duas) notas fiscais com data de até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, juntamente com no mínimo 02 (duas) notas fiscais atuais.

c) Caso o aumento tenha ocorrido em componentes específicos do custo final, a contratada deverá apresentar planilha demonstrando o impacto no mesmo

**32.2** Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração Municipal adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

**32.3** O percentual diferencial entre os preços de mercado vigente à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela Contratada/Detentora do Registro de Preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

32.4 A revisão do preço terá validade a partir da data da solicitação, desde que aprovada pela autoridade competente.

32.5 É vedado à Contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

32.6 A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais, que são soberanas à previsão desta cláusula.

### 33. – DAS PENALIDADES

33.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de descumprimento dos prazos, atraso injustificado e demais obrigações assumidas, assim consideradas pela Administração, de inexecução total ou parcial da obrigação, resultante deste Pregão, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

a) Advertência;

b) Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;

c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando a licitante vencedora, injustificadamente ou por motivo não aceito pela Prefeitura Municipal de Taperoá, deixar de atender totalmente à Autorização de Fornecimento;

d) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Taperoá e com os demais órgãos que compõem a Administração Municipal, por até 02 (dois) anos;

33.2 Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

a) causar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;

b) não mantiver a proposta, injustificadamente;

c) comportar-se de modo indócil;

d) fizer declaração falsa;

e) cometer fraude fiscal;

f) falhar ou fraudar na execução do contrato;

g) não celebrar o contrato;

h) deixar de entregar documentação exigida no certame;

i) apresentar documentação falsa.

33.3 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Registro de Fornecedor - CRF da Prefeitura Municipal de Taperoá e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

33.4 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Taperoá, em relação a um dos eventos arrolados no Item 34, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

33.5 As sanções de advertência e impedimento de licitar e contratar com a Administração da Prefeitura Municipal de Taperoá ou com a Administração Pública poderá ser aplicada à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

33.6 Caracterizar-se-á formal recusa à contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Taperoá, a seu exclusivo juízo, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que manifestem interesse na contratação, em igual prazo, e atendidas todas as condições editalícias para fornecimento do objeto licitado ou então cancelar o item as seguintes hipóteses:



33.7 Após decorridos 10 (dez) dias da convocação da Prefeitura Municipal de Taperoá sem que a licitante vencedora tenha retirado e assinado o instrumento contratual.

33.8 Após decorridos 10 (dez) dias da assinatura do contrato, sem que tenha iniciado a entrega dos serviços, objeto desta licitação, no caso de ter sido solicitada, sem justificativa de atraso ou com justificativa de atraso não aceita.

33.9 Devem-se levar em consideração as regras dos arts. 93 e 96 da Lei nº 8.666/93.

#### 34. – DA RESCISÃO

34.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei no 8.666/93.

34.1.1 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

34.2 A rescisão do contrato poderá ser:

34.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Prefeitura Municipal de Taperoá, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a licitante vencedora com a antecedência mínima de 10 (dez) dias; ou

34.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste Pregão, desde que haja conveniência para a Prefeitura Municipal de Taperoá; ou

34.2.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

34.3 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente,

34.3.1 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### 35. – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

35.1 O desatendimento de exigências formais e não essenciais, não implicará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

35.2 A presente licitação não importa necessariamente em celebração de ata de registro de preços ou de contrato.

35.3 Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, dos Decretos Federais: 3.555/2000, 5.450/2005, 5.504/2005, 3.931/2001 e Decreto Municipal nº 004/2009, de 12 de fevereiro de 2009, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

35.4 A Prefeitura Municipal de Taperoá poderá, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

35.5 O PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do PROPONENTE que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão da Ata, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

35.6 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

35.7 Os PROPONENTES intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

35.8 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os PROPONENTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

35.9 As decisões referentes a este Pregão poderão ser comunicadas aos PROPONENTES por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na Imprensa Oficial.



35.10 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro,

### 36. – DO PREGÃO

- 36.1 A critério da Prefeitura Municipal de Taperoá, este Pregão poderá:
- 36.1.1 Ser anulado, se houver ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou
  - 36.1.2 Ser revogado, a juízo da Prefeitura Municipal de Taperoá, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público; decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou
  - 36.1.3 Ter sua data de abertura dos envelopes “Proposta” e “Documentação” transferida, por conveniência exclusiva da Prefeitura Municipal de Taperoá.
- 36.2 Sem observação, ainda, quanto ao procedimento deste Pregão:
- 36.2.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93;
  - 36.2.2 A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior; e
  - 36.2.3 No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### 37. – DOS ANEXOS

- 37.1 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:
- a) Anexo I – Carta de Credenciamento;
  - b) Anexo II – Declaração de Não Enquadramento;
  - c) Anexo III - Declaração de Habilitação para Credenciamento;
  - d) Anexo IV – Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;
  - e) Anexo V – Declaração de Inexistência de Menor Trabalhador;
  - f) Anexo VI – Especificação do Objeto/Termo de referência;
  - g) Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
  - h) Anexo VIII – Minuta da Proposta de Preços;
  - i) Anexo IX – Minuta do Contrato;

### 38. – DO FORO

38.1 As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Taperoá - PB, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Taperoá - PB 19 de Dezembro de 2014.

  
HERICK FABRÍCIO LIMA TRAJANO  
Pregoeiro Oficial do Município



## ANEXO 1 – CARTA DE CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Taperoá – PB

Referente:

Pregão Presencial nº 00022/2014.- SRP

Objeto: Formação de Registro de Preços com Vistas à Futura Aquisição e Instalação de Relógios de Ponto Biométricos.

### CARTA DE CREDENCIAMENTO

Senhor Pregoeiro,

A empresa ..... CNPJ ..... com sede a ..... pelo presente, vem designar o(a) Senhor(a) ....., portador de Carteira de Identidade n.º ..... para nos representar no processo licitatório relativo ao **PREGÃO PRESENCIAL N.º 00022/2014**, podendo formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, e, ainda, rubricar documentos, renunciar o direito de recursos e impugnação a recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas e, enfim, praticar todos os atos inerentes à referida licitação.

..... de ..... de .....

.....  
(Nome completo do declarante)

.....  
(N.º da C.I. do declarante)

.....  
(Assinatura do declarante)

DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO

A Prefeitura Municipal de Taperoá – PB

Referente:

Pregão Presencial nº. 00022/2014 - SRP

Objeto: Formação de Registro de Preços com Vistas à Futura Aquisição e instalação de Relógios de Ponto Biométrico.

..... CNPJ nº .....  
(Nome da Empresa)

Selinda nº .....  
(Endereço Completo)

por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a):..... portado do R.C nº ..... e CPF nº ....., DECLARA, sob as penas da Lei, que a referida empresa não se enquadra nas disposições do §4º do Artigo 3º, bem como não ultrapassa o limite estabelecido no §10 do Artigo 3º, todos da Lei Complementar nº 123/2006.

..... de ..... de .....

.....  
(Nome completo do declarante)

.....  
(Nº da C.I. do declarante)

.....  
(Assinatura do declarante)



## ANEXO III – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

à Prefeitura Municipal de Taperoá – PB

referente:

Pregão Presencial nº. 00022/2014 – SRP

Objeto: Formação de Registro de Preços com Vistas à Futura Aquisição e Instalação de Relógios de Ponto Biométrico.

### DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

.....CNPJ n.º .....

(Nome da Empresa)

Sediada à .....

(Endereço Completo)

Declaro para efeito de participação no processo licitatório pertinente ao PREGÃO PRESENCIAL, nº 00022/2014, da Prefeitura Municipal de Taperoá – PB, e conforme exigência contida no art. 4º, VII, da Lei 10.520/2002, que cumpre plenamente com todos os requisitos de habilitação exigidos no edital e que os envelopes nº. 1 e 2 contém a indicação do objeto e o preço oferecida e a documentação de habilitação respectivamente.

..... de ..... de .....

.....  
(Nome completo do declarante)

.....  
(Nº da C.I. do declarante)

.....  
(Assinatura do declarante)



**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

A Prefeitura Municipal de Taperoá – PB

Referente:

Pregão Presencial nº. 00022/2014 - SRP

Objeto: Formação de Registro de Preços com Vistas à Futura Aquisição e Instalação de Relógios de Ponto Biométrico.

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

.....CNPJ nº .....  
(Nome da Empresa)

Residência à .....  
(Endereço Completo)

Declaro, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

..... de ..... de .....

.....  
(Nome completo do declarante)

.....  
(Nº da C.I. do declarante)

.....  
(Assinatura do declarante)



**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR TRABALHADOR**

A Prefeitura Municipal de Taperoá – PB

Referente:

Pregão Presencial nº. 00022/2014 - SRP

Objeto: Formação de Registro de Preços com Vistas à Futura Aquisição e Instalação de Relógios de Ponto Biométrico.

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR TRABALHADOR**

....., CNPJ nº. ....

**(Nome da Empresa)**

Sediada à .....

**(Endereço Completo)**

por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador do R.G nº ..... e CPF nº ....., DECLARA para fins do disposto do inciso V, art. 27 da Lei Federal 8.666/93, acrescido pela Lei Federal 9.854/99, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Resposta: empregar menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz:

a) ( ) Sim

b) ( ) Não

..... de ..... de .....

.....  
**(Nome completo do declarante)**

.....  
**(Nº da C.I. do declarante)**

.....  
**(Assinatura do declarante)**



## ANEXO VI – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL nº 00022/2014

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

#### **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS COM VISTAS À FUTURA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE RELÓGIOS DE PONTO BIOMÉTRICO**

1 Para formação de registro de preços com vistas à futura aquisição e instalação de relógios de ponto biométrico, em conformidade com as condições e especificações abaixo discriminadas:

#### ORÇAMENTO ESTIMATIVO - CONSUMO E CUSTO ESTIMADOS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	P. TOTAL
01	RELOGIO DE PONTO ELETRÔNICO, COM RECONHECIMENTO ATRAVÉS DE BIOMETRIA, COM CAPACIDADE DE FRATAMENTO PARA NO MÍNIMO 100 FUNCIONÁRIOS, ACOMPANHANDO INSTALAÇÃO, SOFTWARE E TREINAMENTO.	UND	20	3.453,00	69.060,00
Total					69.060,00

- Valores referentes ao preço médio pesquisado no mês de Dezembro 2014 ao consumidor na Paraíba e estados vizinhos.

### 3.0 DO PRAZO DE ENTREGA

3.1. O prazo de entrega e instalação dos materiais deverá ser de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data de retirada da correspondente Nota de Empenho.

3.2. Os prazos de entrega, substituição e reposição admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas da contratação e da nota de empenho que não sofrerem influência dessa prorrogação, sendo assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, desde que ocorra um dos motivos previstos nos incisos I a VI do § 1º do Art. 57 da Lei n. 8.666/93, devendo ser requerida por escrito, justificadamente, e apresentada até o último dia do referido prazo.

### 4.0 JUSTIFICATIVAS

4.1 – Visando uma administração cada vez mais otimizada a ação de implantar a coleta, apuração, tratamento, registro da assiduidade no histórico funcional e reflexos na folha de pagamento dos servidores da administração direta e fundações.

Modernizar a forma de tratamento do ponto dos servidores com a implantação do registro eletrônico de ponto possibilitará:

- ✓ Verificar o efetivo cumprimento de carga horária dos agentes públicos;
- ✓ Realizar pagamento dos agentes públicos com base na frequência automatizada;
- ✓ Ampliar os mecanismos de gestão de RH, evitando acordos informais;
- ✓ Transparência, racionalização administrativa (menos papel, economicidade);
- ✓ Fidedignidade dos registros, não havendo qualquer dispositivo que permita a alteração dos dados registrados pelos agentes públicos;
- ✓ Disponibilização aos agentes públicos e seus gestores das marcações diárias do ponto.

### 5.0 MODALIDADE DE LICITAÇÃO



5.1 - Para a aquisição objeto deste certame, prevê-se a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial, em virtude do sistema eletrônico ser inviável, vez que os fornecedores da região, não encontram-se cadastrados como fornecedor em qualquer sistema de existente, tais como: cidadecompras, comprasnet, e-licitações, dentre outros, além do sinal de internet no município ser de baixa qualidade.

5.2 - O Sistema de Registro de Preços, foi escolhido por não gerar obrigação por parte da Prefeitura em adquirir os produtos em sua totalidade.

## **6.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**A Contratada obriga-se a cumprir fielmente o estipulado neste instrumento e na sua proposta e em especial:**

6.1 - Fornecer equipamentos novos, nunca usados, incluindo mão-de-obra qualificada para instalação e funcionamento dos mesmos;

6.2 - Entregar e garantir o objeto de acordo com as especificações, características e nas condições contidas neste Termo de Referência;

6.3 - Fixar os equipamentos nos locais indicados pela Contratante efetuando as conexões, instalações e outros procedimentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos;

6.4 - Em casos de defeitos nos aparelhos e caso não seja possível o reparo dos equipamentos instalados "in loco" a Contratada deverá disponibilizar equipamentos substitutos nas mesmas especificações dos substituídos até que o reparo nos equipamentos danificados sejam solucionados;

6.5 - Substituir, se assim determinado pela Contratante, às suas expensas, o equipamento que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas e defeitos, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação emitida pela Contratante;

6.6 - Remover, reparar, corrigir ou reconstituir, conforme determinado pela Contratante, às suas expensas, o serviço de instalação ou parte dele que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação emitida pela Contratante;

6.7 - Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes venham porventura ocasionar à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo durante a execução dos serviços, autorizando a Contratante a abater o valor correspondente dos pagamentos devidos;

6.8 - Proceder à instalação dos equipamentos e acessório em conformidade com as especificações do fabricante;

6.9 - Formalizar a indicação de preposto da empresa e substituto eventual para a coordenação dos serviços e gestão administrativa do contrato;

6.10 - Alocar profissional treinado e qualificado para substituir profissional ausente, por motivação previsível ou imprevisível, sempre que a ausência implicar na prestação do serviço de garantia;

6.11 - Solicitar à Contratante a revisão, modificação ou revogação de privilégios de acesso a sistemas, informações e recursos, quando da transferência, remanejamento, promoção ou demissão de profissional sob sua responsabilidade;



6.12 - Administrar todo e qualquer assunto relativo aos profissionais alocados na execução dos serviços;

6.13 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus profissionais durante a execução do contrato, ainda que acontecido nas dependências da Contratante;

6.15 - Garantir todos os equipamentos, materiais e serviços a serem fornecidos, na execução do objeto, contra qualquer defeito de fabricação e instalação pelo período mencionado neste termo de referência, período durante o qual a Contratada se comprometerá em substituir sem ônus, todas as partes ou componentes que vierem a apresentar defeitos, desde que esses não sejam provenientes de operações e/ou manuseios inadequados dos equipamentos;

6.16 - Reparar, obrigatoriamente, todas as peças, equipamentos ou acessórios que apresentarem defeito e que não puderem ser reparadas, durante o período de garantia.

## **7.0 OBRIGACÕES DO CONTRATANTE**

7.1 - Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a prestação dos serviços;

7.2 - Designar servidores da CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

7.3 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

## **8.0 DO PAGAMENTO**

Para efeito de pagamento, a licitante vencedora encaminhará à Secretaria Responsável, após a entrega do objeto da presente licitação, a respectiva nota fiscal/fatura que deverá conter o valor unitário e total dos Objetos da Licitação, conforme proposta ou lance ofertado na sessão do Pregão. Juntamente deverá vir as Certidões que comprovam sua regularidade fiscal, ambas dentro de seu prazo de validade.

a) Os pagamentos serão efetuados até o 5º (quinto) dia útil, contados da data de entrada da nota fiscal/fatura.

b) As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem (a) começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal, sem incorreções;

c) O pagamento será depositado em conta corrente em nome da licitante vencedora;

e) O valor contratado, não sofrerá qualquer tipo de alteração ou ressalvas nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8666/93;

## **9 DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 - As despesas serão empenhadas e pagas a expensas dos recursos orçamentários alocados na Lei orçamentária. Tais recursos estão previstos na proposta orçamentária elaborada pela Prefeitura de Taperoá e no contrato serão indicadas os créditos e o empenho para sua cobertura.

## **10.0 DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS**

10.1 - O Licitante deverá prestar o fornecimento, instalação, implantação, parametrização e configuração local dos equipamentos, com orientação para o "start-up" inicial, treinamento aos servidores que irão operar os equipamentos e sistema, bem como a manutenção, suporte e assistência técnica;



10.2 - As tecnologias adotadas deverão atender, na íntegra, todas as características técnicas e de confiabilidade descritas neste documento. Não serão aceitas soluções baseadas em marcação de ponto eletrônico diferentes das aqui definidas;


10.3 - O sistema deverá destinar-se ao gerenciamento e ao controle de assiduidade de funcionários, terceirizados e estagiários, através do reconhecimento de pessoas obtido por intermédio de coletores de dados com leitura de código de barras e biometria de impressão digital para aumentar a segurança na marcação do controle de ponto;

10.4 - Seu objetivo será efetuar um controle automático e centralizado da assiduidade e frequência dos servidores da PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ mantendo em um único cadastro informações pessoais, permissões, etc, dos servidores públicos municipais;

10.5 - O Sistema deverá funcionar em modo "on-line", enviando e recebendo constantemente informações, devendo possuir característica de "Inteligência Distribuída", onde, através de um processador dedicado, os relógios tomam decisões baseadas em consultas às suas próprias bases de dados de forma independente. Com isto, a funcionalidade do sistema não é comprometida nem no caso de falhas na Central de Controle, quando passa a funcionar de forma Off-Line. Neste caso, os registros de marcação ficam armazenados nos relógios, até o retorno do pleno funcionamento da Central de Controle, quando devem automaticamente descarregar suas marcações.

## 11 DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial tendo início e vencimento em dias de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

  
**HERICK FABRÍCIO LIMA TRAJANO**  
Pregoeiro Oficial do Município

Taperoá - PB 19 de Dezembro de 2014.

## ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº. 141219PP00022

Pregão Presencial nº. 00022/2014

Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2014  
Interessado: Prefeitura Municipal de Taperoá.

Em \_\_\_\_ dia do mês de \_\_\_\_ do ano de dois mil e \_\_\_\_, na cidade de Taperoá - PB, a Prefeitura Municipal de Taperoá, Estado da Paraíba, com sede à Avenida Ariano Suassuna, 363 - Centro - Taperoá - PB, neste ato representada por seu Prefeito, de acordo com as atribuições que lhes foram conferidas, em conformidade com o resultado do **Pregão Presencial nº. 00022/2014**, devidamente homologado, **RESOLVE**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, dos Decretos Federais: 3.555/2000, 5.450/2005, 5.504/2005, 3.931/2001 e Decreto Municipal nº 004/2009, de 12 de fevereiro de 2009, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, pelas condições constantes neste Edital e das demais normas legais aplicáveis, **REGISTRAR OS PREÇOS** para eventual fornecimento dos produtos, da(s) empresa(s) cujos itens foram adjudicados na licitação, doravante designados FORNECEDORES, em conformidade com o Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem.

### FORNECEDOR(ES)

....., com sede na ....., em ....., CEP ....., inscrita no CNPJ nº....., nesta ato representada por seu ....., Sr. ...., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº .....

....., com sede na ....., em ....., CEP ....., inscrita no CNPJ nº....., nesta ato representada por seu ....., Sr. ...., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº .....

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS COM VISTAS À FUTURA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE RELÓGIOS DE PONTO BIOMÉTRICO**, conforme especificações técnicas, quantidades e preços constantes da cláusula décima - primeira deste instrumento.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será válida pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data de publicação na Imprensa Oficial dos preços registrados.

Parágrafo único - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, nem o órgão gerenciador, nem os órgãos participantes serão obrigados a adquirir o objeto cujo preço foi registrado, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços nos demais órgãos públicos que porventura se interessarem na adesão desta Ata, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal

n.º 8.666/93, no Decreto Federal n.º 3.931/01 e demais legislações relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

**Parágrafo primeiro** - Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 00022/2014, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição.

**Parágrafo segundo** - Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será aquele registrado como o menor durante a sessão do Pregão nº 00022/2014.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO**

A contratação será realizada por meio de contrato assinado entre as partes, de acordo com cada modalidade de aquisição, nos moldes do Anexo IX, ou por meio de nota de empenho, com base no art. 62, §4º, da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

O pagamento à **CONTRATADA** após cumpridas as exigências estabelecidas, será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir da entrada da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada na Prefeitura Municipal de Taperoá, após o recebimento definitivo do objeto. A Nota Fiscal/Fatura deverá atender às exigências da Secretaria, inclusive quanto ao prazo da autorização para sua emissão.

**Parágrafo primeiro** - A efetivação do pagamento se dará após a entrega da Nota Fiscal/Fatura na Prefeitura Municipal de Taperoá, que providenciará o atesto por representante designado para tanto.

**Parágrafo segundo** - O pagamento será efetuado mediante depósito bancário na conta-corrente da **CONTRATADA**, através de ordem bancária em qualquer entidade bancária indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.

**Parágrafo terceiro** - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, ou que esteja com qualquer pendência em sua regularidade fiscal, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.

**Parágrafo quarto** - Qualquer erro ou omissão que venha a constar da documentação fiscal ou da fatura será objeto de correção pela **CONTRATADA** e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO**

Nos termos do art. 73, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei n.º 8.666/93, os produtos objeto deste Edital serão recebidos da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade os produtos e com a especificação técnica do Edital;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade os produtos entregues e subsequente aceitação.

**Parágrafo primeiro** - O servidor designado para recebimento os produtos se manifestará quanto à conformidade do objeto com as especificações do Termo de Referência, emitindo Termo de Aceite.

**Parágrafo segundo** – Os demais órgãos que porventura se interessarem na adesão desta Ata deverão comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal de Taperoá qualquer irregularidade na entrega dos

produtos licitados, bem como informar as medidas que estão sendo tomadas para a regularidade do fornecimento, nos termos do inciso III do § 4º do art. 3º do Decreto nº 3.931/2001.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

No caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas com a Prefeitura Municipal de Taperoá, expressas na presente Ata, ressalvados os casos fortuitos devidamente informados e/ou de força maior, ambos justificados e aceitos, ficará a CONTRATADA, a juízo da Prefeitura Municipal de Taperoá, garantida a prévia defesa, sujeita às sanções descritas a seguir, sem prejuízo das demais previstas na legislação:

- a) Advertência;
- b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando a licitante vencedora, injustificadamente ou por motivo não aceito pela Prefeitura Municipal de Taperoá, deixar de atender totalmente à Autorização de Fornecedor ou à solicitação;
- d) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Taperoá e os demais órgãos que compõem a Administração Municipal, por até 02 (dois) anos;

#### CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato, haverá reajuste nos preços dos produtos desde que comprovado aumento do custo pela contratada e aceito pela contratante, atendidas as seguintes condições:

- a) Não serão concedidos reajustes cuja variação seja igual ou inferior a 2% (dois por cento);
- b) Para comprovação do aumento do preço de custo, a contratada deverá apresentar, no mínimo, 02 (duas) notas fiscais com data de até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, juntamente com no mínimo 02 (duas) notas fiscais atuais;
- c) Caso o aumento tenha ocorrido em componentes específicos do custo final, a contratada deverá apresentar planilha demonstrando o impacto no mesmo

**Parágrafo primeiro** - Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração Municipal adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecida porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

**Parágrafo segundo** - O percentual diferencial entre os preços de mercado vigente à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela Contratada/Detentora do Registro de Preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

**Parágrafo terceiro** - A revisão do preço terá validade a partir da data da solicitação, desde que aprovada pela autoridade competente.

**Parágrafo quarto** - É vedado à Contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

**Parágrafo Quinto** - A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais, que são soberanas à previsão desta cláusula.

**Parágrafo Sexto** - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador promoverá a convocação do fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

**Parágrafo Sétimo** - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

**Parágrafo Oitavo** - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**Parágrafo nono** - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO PREÇO DO FORNECEDOR**

O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) Não fornecer o objeto em conformidade com o previsto neste Documento e a Administração não aceitar a justificativa fornecida pela CONTRATADA;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Presentes razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

**Parágrafo primeiro** - O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

**Parágrafo segundo** - A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovantes aos autos que deram origem ao registro de preços, com posterior publicação na Imprensa Oficial.

**Parágrafo terceiro** - Caso seja ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

**Parágrafo quarto** - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, devendo tal solicitação ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal de Taperoá a aplicação das penalidades previstas na Cláusula sétima.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



Integram esta Ata, o Edital do **Pregão nº 00022/2014**, a Ata da Sessão do **Pregão nº 00022/2014** e a proposta da empresa \_\_\_\_\_, classificada em 1º lugar no certame supra numerado, independente de suas transcrições.

Fica eleito o Foro de Taperoá - PB para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, dos Decretos Federais 3.355/2000, 5.450/2005, 5.504/2005, 3.931/2001 e Decreto Municipal nº 004/2009, de 12 de fevereiro de 2009, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, pelas condições constantes neste Edital e das demais normas legais aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO REGISTRO FINAL DOS PREÇOS**

### **001 - FORNECIMENTO**

Item	Descrição	Contratada	Quant.	Preço Unit.	Preço Total

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, a que dão por boa, firme e valioso.

Taperoá - PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

**JURANDI GOUVEIA FARIAS**  
Prefeito Municipal de Taperoá

\_\_\_\_\_  
Nome/cargo/R.G./CPF representante legal  
Nome da empresa

**ANEXO VIII – MINUTA DA PROPOSTA DE PREÇOS**

(em papel timbrado da empresa)  
 (deverá conter: Razão Social, CNPJ, Endereço, Telefone/Fax)

A Prefeitura Municipal de Taperoá – PB

Referente:

Pregão Presencial nº. 00022/2014 - SRP

Objeto: Formação de Registro de Preços com Vistas à Futura Aquisição e Instalação de Relógios de Ponto Biométrico

**PROPOSTA DE PREÇOS****001 – FORNECIMENTO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1,1						
<b>Total.....RS</b>						

Valor Global R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Prazo de Fornecimento: conforme o disposto no edital.

Forma de Entrega: Conforme o disposto no edital.

Forma de Pagamento: Conforme o disposto no edital.

O prazo de validade de nossa proposta é de 12 (doze) meses corridos, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, façam parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ/ME: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Tel/Fax: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura da Ata de Registro de Preços:



Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
Cart. Ident. nº: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_  
Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Proponente e/ carimbo do CNPJ)





CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. PP. \_\_\_\_/2014/CPL

**CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE FORNECIMENTO  
E INSTALAÇÃO DE RELÓGIOS DE PONTO  
BIOMÉTRICO, QUE ENTRE SI FAZEM A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ - PB E A**

em \_\_\_\_ dia do mês de \_\_\_\_\_ do ano dois mil e \_\_\_\_ (\_\_\_\_, \_\_\_\_ 20\_\_), no prédio sede da Prefeitura Municipal de Taperoá, Estado da Paraíba, com sede à Rua Ariano Suassuna, 363 - Centro - Taperoá - PB, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, Estado da Paraíba, pessoa jurídica de direito público, com sede no endereço acima, inscrita no CNPJ do ME sob o nº. 08.749.525/0001-36, neste ato representada pelo seu titular o Senhor Prefeito JURANDI GOUVEIA FARIAS, Brasileiro, Casado, Empresário, residente e domiciliado na Rua Presidente Epitácio Pessoa nº 213, - Centro - Taperoá - PB. CPF nº 739.414.064-87, Carteira de Identidade nº 1.535.675 SSP-PB, daqui por diante denominada de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa \_\_\_\_\_ pessoa jurídica de direito privado, com sede à \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_ e com inscrição estadual nº \_\_\_\_\_ neste ato representada por seu representante o Senhor \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ portador do CPF nº. \_\_\_\_\_ e da Identidade Civil nº. \_\_\_\_\_ - SSP - \_\_\_\_\_ de ora em diante denominada CONTRATADA, (em, entre si), acordado os termos deste Contrato, objeto do Pregão Presencial nº. 00022/2014, consoante consta do **Processo Administrativo nº. 141219PP00022**, sujeitando-se as partes integralmente à Lei 10.520/02, Decretos 3.555/2000, 5.450/2005 e 7.704/2005 e IN MARE nº 05/95 e subsidiariamente à Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações, e outras cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO;**

Habilitada nos termos do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00022/2014, sob regime de execução indireta, devidamente homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014, obriga-se a CONTRATADA, a executar o **REGISTRO DE PREÇOS COM VISTAS À FUTURA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE RELÓGIOS DE PONTO BIOMÉTRICO**, tudo em perfeita observância às condições e especificações constantes do EDITAL, seus ANEXOS e PROPOSTA VENCEDORA, os quais passam a integrar o presente instrumento de modo indissociável, e que qualquer detalhe que mencione em um documento e não omita em outro, será considerado específico e válido.

Sub-Cláusula Primeira: descrição, quantitativo, e outras especificações:

**001 - FORNECIMENTO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01						
02						
03						
<b>Total.....RS</b>						



**Sub-Clausula segunda:** O fornecimento dos produtos, cujo preço ora registramos, será solicitado à CONTRATADA, através de autorização de compra/nota de empenho emitida pela CONTRATANTE, devendo ser entregue no endereço constante na Clausula Sexta, no prazo especificado.

**Sub-Clausula Terceira:** Fazem parte do presente contrato, como se transcritos fossem, tudo que está contido no **Processo Administrativo nº. 141219PP00022**, modalidade Pregão Presencial nº. 00022/2014 e seus anexos, bem como a proposta do contratado e quaisquer documentos juntados ao presente instrumento para esclarecer e/ou ratificar seus termos.

**Sub-Clausula Quarta:** A existência de preços registrados não obriga a CONTRATANTE a firmar as aquisições unicamente por esse meio, facultando-lhe a realização de licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME JURÍDICO:**

O presente contrato rege-se pela Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis nº 8.881/94, 8.648/98, 9.854/99, 10.438/02, 10.973/04, 11.079/04, 11.107/05 e 11.196/05, por suas alterações e pelas normas de direito público, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Federais: 3.555/2000, 5.450/2005, 5.304/2005, 3.931/2001 e Decreto Municipal nº 004/2009, de 12 de fevereiro de 2009, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado e Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

O valor Global do presente CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é de R\$ ..... (.....), devendo os pagamentos ocorrer em até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota de Empenho, expedido pela Prefeitura Municipal de Taperoá, e ainda, mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados por servidor devidamente credenciado para recebê-los.

**Sub-Clausula Primeira:** Antecede ao pagamento a etapa da liquidação da despesa, que consiste em verificar o cumprimento da obrigação contratual por parte do contratado, principalmente a comprovação do fornecimento do objeto em perfeitas condições técnicas e a apresentação dos documentos fiscais exigíveis.

**Sub-Clausula Segunda:** O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES:**

A CONTRATADA obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste contrato que se fizerem necessários, do valor inicial do contrato até o limite facultada pela regra do §1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, mediante Termo Aditivo.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:**

1.1 Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: Recursos Próprios do Município de Taperoá: 07.07 - SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO; 04.123.2009.2007 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO; 08.08 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 04.123.2003.2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; 10.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; 12.122.1003.2102 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; 11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 08.244.1008.2026 - MANUTENÇÃO



DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL, 12.00 - SECRETARIA DE SAÚDE, 10.301.0017.2023 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, 12.010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 10.301.1012.2052 - MANUTENÇÃO DO PAB-FIXO, TODOS PELO ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, constantes do quadro da Lei Orçamentária do ano de 2014, suplementadas se necessário. Para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do órgão contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão na respectiva Nota de Empenho.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE ENTREGA:**

**Sub-Cláusula Primeira:** O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, nas quantidades ora estipuladas, mediante requisição emitida pelo funcionário municipal responsável, devidamente autorizada por autoridade superior.

**Sub-Cláusula Segunda:** O fornecimento deverá ser imediato à apresentação da requisição, de acordo com a quantidade ora estipulada, não se responsabilizando a Prefeitura pelo fornecimento realizado a outro funcionário que não o designado para tal.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:**

Constitui direitos de o CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e de a CONTRATADA perceber o valor pactuado na forma e prazo fixados.

**Sub-Cláusula Primeira:** A CONTRATADA tem as seguintes obrigações:

- I. - Fornecer o objeto deste contrato de acordo com as especificações e ou normas exigidas;
- II. - Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda supervisão e direção para o fornecimento completo e eficiente do objeto ora contratado;
- III. - Entregar o objeto do presente contrato nos endereços mencionados na Cláusula Sexta, de acordo com a quantidade solicitada;
- IV. - Obedecer rigorosamente, as normas técnicas estabelecidas;
- V. - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- VI. - A Contratada obriga-se, ainda, a atender ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, quanto ao trabalho de menores.
- VII. - Reconhecer os direitos de a Prefeitura rescindir o presente instrumento, no termos do art. 77 da Lei Nº. 8.666/93.
- VIII. - Arcar com encargos trabalhistas, fiscais (ICMS e outros), previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, tributários, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade;
- IX. - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigida por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital e do Contrato que vier a ser assinado;
- X. - Os preços contratados serão considerados completos e suficientes para o fornecimento, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devida a erro ou má interpretação de parte da CONTRATADA;



- XI. – Indenizar terceiros e à Administração todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei nº. 8.666/93;
- XII. – Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- XIII. – Toda e qualquer impugnação feita pela CONTRATANTE obrigará a CONTRATADA a corrigir ou reparar e efetuar substituição do produto inadequado, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, em até 03 (três) dias consecutivos. Não sendo possível, indenizará o valor correspondente acrescido de perdas e danos;
- XIV. – Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Pregão, sem prévia autorização da Prefeitura Municipal de Taperoá;
- XV. – Prestar esclarecimentos à Prefeitura Municipal de Taperoá – PB, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação;

**Sub-Cláusula Segunda:** A CONTRATANTE tem as seguintes obrigações:

- I. – Efetuar o pagamento nos prazos condições e preços pactuados do presente contrato.
- II. – Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil. Com referência à execução do fornecimento pactuado;
- III. – Manter sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado;
- IV. – Cumprir fielmente os termos do presente contrato;
- V. – Manter o equilíbrio financeiro do contrato;
- VI. – Emitir autorização de fornecimento.

**Sub-Cláusula Terceira:** A CONTRATADA se responsabiliza pela execução do objeto deste Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar a CONTRATANTE.

**Sub-Cláusula Quarta:** A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos encargos e despesas de natureza trabalhista e previdenciária dos empregados que vierem a prestar serviços relacionados com o objeto deste Contrato, respondendo por quaisquer ônus deles decorrentes, inclusive aqueles relativos às contribuições devidas às entidades de classe da categoria.

**Sub-Cláusula Quinta:** Durante e após a vigência deste Contrato, a CONTRATADA obriga-se a manter a CONTRATANTE à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, seja a que título for, sendo a única e exclusiva empregadora e responsável por quaisquer ônus que a CONTRATANTE venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações reivindicações ou reclamações.

**Sub-Cláusula Sexta:** O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil pela solidez e conservação do objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei vigente e por este Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE DE QUALIDADE E DO ATESTO**

A CONTRATANTE poderá efetuar a verificação da qualidade do objeto, bem com o cumprimento das especificações técnicas, mediante a realização de testes, ensaios e controle de qualidade, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, com base nas normas técnicas vigentes.

A CONTRATANTE, designará servidor ou Comissão, para acompanhar, fiscalizar e atestar o cumprimento do objeto do contrato e emitirá termo que instruirá a liquidação da despesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:**



Na hipótese de descumprimento das condições estabelecidas, e vencidas a defesa prévia, será aplicada as seguintes sanções:

I – Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no Edital e neste Contrato ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos à execução do objeto, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – Multas:

a) Respeitados os procedimentos e cálculos decorrentes deste Contrato e do Edital, incidirá Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do quantitativo do produto que a CONTRATADA venha a entregar em desacordo com as especificações técnicas.

b) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, caracterizando inexecução parcial; e

c) Multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO:**

O presente instrumento será rescindido unilateralmente pela Prefeitura Municipal de Taperoá nos termos dos artigos 77 a 79, com as conseqüências previstas no art. 80, todos da Lei Federal nº. 8.666/93 e atualizações posteriores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:**

O prazo de vigência do presente contrato será de (                    ) meses, e iniciar-se-á a partir de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGALIDADE:**

A minuta da presente Contrato foi devidamente examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica do Município, conforme determina a legislação em vigor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE:**

A publicação resumida deste Contrato no lugar de costume e na imprensa oficial, que é condição de eficácia nos termos do parágrafo primeiro do art. 61 da Lei nº. 8.666/93, será providenciada pela CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 30 (vinte) dias daquela data.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

As partes se obrigam, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento de todas as Cláusulas e condições do presente contrato e elegem para seu domicílio contratual o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Taperoá - PB, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originária ou referente a este instrumento contratual.

É por estarem acordados em todas as condições e Cláusulas deste Contrato, assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias impressas, de igual teor, para um só efeito legal, na presença de duas testemunhas que assistiram a tudo e também assinam.

Taperoá - PB, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

**JURANDI GOUVEIA FARIAS**



Prefeito Municipal de Taperoá

[NOME]  
PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

---

NOME:

CPF:

---

NOME:

CPF:

